

## O ocaso da era atlântica

José Pedro Teixeira Fernandes | *Público* | 26 de Setembro de 2021

1. É difícil termos uma percepção clara de todas as consequências provocadas por certos acontecimentos quando estamos a vivê-los. A dificuldade é acrescida quando há múltiplas pequenas transformações, as quais, isoladamente, não parecem ter grande importância ou um significado especial. Não é por acaso que a História, por vezes de uma maneira artificial, procura identificar certos acontecimentos como marcos para evidenciar uma ruptura entre duas épocas. Na maior parte dos casos, trata-se de construção de sentido histórico feita *a posteriori*. No mundo de hoje, confrontamo-nos com problemas similares, não sendo fácil ligar acontecimentos dispersos destrinchando o fundamental do acessório. Para o bem e para o mal, o mundo euro-atlântico tem sido o centro dos acontecimentos culturais, económicos e político-militares dos últimos séculos. Hoje é observável que é cada vez menos assim. Todavia, não houve uma ruptura provocada por um acontecimento único, onde tudo se eclipsou e surgiu outra era. Estamos perante um longo e complexo processo de transformação, que não é linear e pode ser marcado por descontinuidades ou até reversões, obscurecendo a transformação de fundo.

2. Uma consequência maior de certos acontecimentos políticos é tornarem longos processos de transformação mais nítidos. O recente acordo de segurança — um pacto político-militar — entre a Austrália, o Reino Unido e os EUA (AUKUS na sigla em língua inglesa) enquadra-se nessa categoria de acontecimentos internacionais? Provavelmente sim. Mesmo o observador ocasional da política internacional pode constatar hoje uma deslocação do centro económico e político-militar do mundo euro-atlântico para o mundo da Ásia-Pacífico, ou Indo-Pacífico, na terminologia que hoje prepondera. Tal como é usual com outros termos geopolíticos como Médio Oriente, ou Médio Oriente e Norte de África (MENA na sigla em inglês), é uma criação de quem detém a hegemonia política e cultural. No passado, a terminologia usual era Extremo Oriente, o que denotava uma visão do mundo a partir do Ocidente europeu e atlântico. Em qualquer caso, projecta uma visão do mundo e interesses de segurança de uma grande potência global (hoje os EUA) e tem contornos fluidos e mutáveis em função da variação desses interesses.

3. É útil alargarmos a perspectiva pela qual olhamos os acontecimentos de hoje para lhes darmos sentido e alcance. Um olhar retrospectivo para o século XX é elucidativo. A II Guerra Mundial não começou em 1931, quando o Japão invadiu a Manchúria (China), pela baixa importância do Extremo Oriente (hoje Indo-Pacífico) nos assuntos mundiais. Se fosse o centro do mundo, seguramente teria começado aí. Todavia, nenhuma das grandes potências da época achou ser fundamental intervir, pois o conflito, apesar de importante, era visto como regional. No pós-II Guerra Mundial, durante a Guerra Fria, as guerras da Coreia e do Vietname, ou as crises de Taiwan onde se envolveram os EUA, eram ainda largamente percebidas como problemas regionais. A dimensão mundial era

vista sobretudo ligada conflitos na Europa, como, por exemplo, os bloqueios soviéticos de Berlim ocidental. Tal visão reflectia-se na arquitectura de segurança criada pelos EUA. É verdade que em 1951 foi celebrado um acordo de segurança entre a Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos (ANZUS) que se mantém formalmente (a Nova Zelândia afastou-se do pacto em meados dos anos 1980, embora sem o romper, por oposição ao uso do nuclear). Mas esse pacto foi concebido pelos EUA como uma peça complementar da sua arquitectura de segurança. O cerne indiscutível era a NATO, criada em 1949. Aí estava o centro do mundo — a Europa e o Atlântico Norte. Uma potência global tinha de ter um papel maior aí e foi isso que os EUA fizeram. Saíram do seu relativo isolacionismo no hemisfério ocidental — as Américas — e passaram a envolver-se, de forma permanente, nos assuntos europeus.

**4.** O mundo do século XX está cada vez está mais afastado e os EUA estão a reposicionar-se no Indo-Pacífico. Pactos de segurança como o AUKUS e parcerias estratégicas como o Diálogo de Segurança Quadrilateral (abreviadamente Quad) — onde participam os EUA, a Índia o Japão e a Austrália — são os primeiros passos da criação de uma arquitectura de segurança mundial do século XXI, na óptica dos interesses norte-americanos. Dada a importância económica, política e militar do Indo-Pacífico suplantar a do mundo euro-atlântico, tenderão a ocupar o cerne dessa arquitectura. No passado do século XX, as grandes potências tinham de ter um papel importante na Europa para atingirem, ou manterem, uma dimensão mundial. No mundo que se desenha no século XXI, as grandes potências têm agora de ter um papel importante no Indo-Pacífico, para atingirem, ou manterem uma dimensão global. Franceses, britânicos e alemães já perceberam isso e tentam, também, reposicionar-se, tal como a União Europeia, mas a tarefa não é fácil. Em particular, a França teve aqui um revés. É o Estado da União Europeia que mais tem apostado em ter uma presença naval no Indo-Pacífico, para contrabalançar a ascensão da China e tinha um importante contrato para fornecimento de submarinos à Austrália. Todavia, paralelamente à celebração do pacto AUKUS, o Governo australiano pôs fim ao acordo com a França, passando a optar pelo fornecimento de submarinos feito pelos EUA e Reino Unido, agora com a característica de serem submarinos de propulsão nuclear (não são submarinos com armas nucleares), mais rápidos, mais silenciosos e com um maior grau de autonomia na sua acção. Para além do atrito causado entre aliados ocidentais, a questão em aberto é saber em que medida essa transferência de tecnologia — até agora restrita às potências nucleares militares enquadradas pelo Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares, e, fora deste, pela Índia — não será replicada por outros.

**5.** A política internacional não é um jogo de xadrez, mas por vezes parece. No xadrez, aquilo que faz a diferença é a visão global do tabuleiro com as suas múltiplas possibilidades de combinações de movimentos de peças e a capacidade de antecipar os movimentos do adversário. A China e EUA estão envolvidos numa competição similar. Procuram maximizar as vantagens e explorar as vulnerabilidades do adversário: a China no comércio internacional de bens e produção industrial; os EUA, no sector financeiro, na inovação tecnológica e em termos militares. Em finais de 2020, com os EUA introvertidos devido a uma eleição presidencial turbulenta, a China moveu as suas peças

de modo a ganhar terreno. Avançou para o acordo de Parceria Económica Abrangente Regional (RCEP) com os Estados da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), mais a Austrália, o Japão, a Coreia do Sul e a Nova Zelândia, os quatro últimos aliados dos norte-americanos. Agora foram os EUA que moveram as suas peças no terreno militar (e tecnológico) com o AUKUS, sendo alvo de duras críticas chinesas. Todavia, a maior resposta da China surgiu no terreno onde detém vantagem — o comércio internacional — com um pedido de adesão à Parceria Transpacífico (CPTPP), concebida por Barack Obama para torneir a China (acordo que depois Donald Trump rompeu). Para além do ocaso da era atlântica, está a emergir um mundo onde o comércio, a tecnologia e a geopolítica se interligam de uma forma extraordinariamente complexa, de consequências difíceis de antecipar na sua plenitude.

<https://www.publico.pt/2021/09/26/mundo/noticia/ocaso-atlantica-1978718>